

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES COTISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2013, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras.

CENÁRIO ATUAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Panamericano Consórcio") é uma empresa controlada pela Panamericana de Seguros S.A. ("Panamericana Seguros"), que detém 78,99% de seu capital total, e pela Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Panamericano Leasing"), que detém 21,01% de seu capital total, sendo que ambas são controladas pelo Banco Panamericano S.A. ("Panamericano" ou "Banco"). A Panamericano Consórcio é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

EVENTOS RECENTES

Em 04 de fevereiro de 2013, o Banco Pan, controlador da Panamericano Consórcio concluiu investimento em uma participação minoritária na Stpagg Pagamentos S.A., empresa pré-operacional de prestação de serviços de aquisição. O Banco Pan já obteve para a referida empresa as licenças de aquisição por meio das bandeiras Visa e Mastercard.

No dia 26 de abril de 2013, o Banco Pan adquiriu, por R\$351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. - em liquidação extrajudicial ("Banco Cruzeiro do Sul"), originada por 237 convênios com órgãos públicos das 3 esferas, além de 7 convênios com empresas do setor privado. A referida carteira conta com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. A aquisição, através de leilão público em lote único, incluiu também a transferência do sistema Consig Card, desenvolvido especialmente para o tratamento das propostas do cartão consignado, e com ela a Companhia reforçará sensivelmente a sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

Em 14 de maio de 2013, o Banco Pan lançou a nova identidade visual para a sua marca corporativa, que passou a ser "Banco Pan". A mudança simboliza uma nova fase do Pan, que unificou suas estruturas e marcas corporativas sob uma mesma identidade, conservando a especialização no atendimento de cada segmento de negócios. Serão tomadas as medidas administrativas necessárias para que a razão social da Companhia também seja alterada, em conformidade com a nova marca.

DESEMPENHO FINANCEIRO

No 1º semestre de 2013, a receita de prestação de serviços foi de R\$9,3 milhões, 20,7% menor em relação ao 2º semestre do ano anterior. O resultado bruto da Panamericano Consórcio foi de R\$971,0 mil no 1º semestre de 2013, comparado a R\$969,0 mil no 2º semestre de 2012, o que representa um aumento de 0,2%.

A Panamericano Consórcio apresentou, no 1º semestre de 2013, um lucro líquido de R\$1,0 milhão, comparável a um lucro líquido de R\$3,0 milhões no 2º semestre de 2012. O patrimônio líquido em 30 de junho de 2013 atingiu R\$19,8 milhões, com crescimento de 5,5% em relação ao 2º semestre do ano anterior.

AUDITORES INDEPENDENTES

As informações financeiras da Companhia passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, no 1º semestre de 2013 a Panamericano Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 05 de agosto de 2013

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	2013	2012	PASSIVO	Nota Explicativa	2013	2012
Circulante		5.370	6.442	Circulante		17.061	16.519
Disponibilidades		18	5	Outras obrigações		17.061	16.519
Outros créditos		5.327	6.437	Obrigações com grupos de consórcio	6	14.882	12.342
Diversos	5	5.327	6.437	Sociais e estatutárias		347	347
Outros valores e bens		25	—	Fiscais e previdenciárias	6	1.020	2.571
Despesa antecipada		25	—	Diversas	6	812	1.259
Realizável a Longo Prazo		41.850	38.652	Exigível a Longo Prazo		10.488	9.923
Títulos e valores mobiliários		27.888	28.080	Outras obrigações		10.488	9.923
Carteira própria	4	27.888	28.080	Obrigações com grupos de consórcio	6	3.651	3.778
Outros créditos		13.962	10.572	Fiscais e previdenciárias	6	675	802
Créditos específicos	5	3.651	3.778	Diversas	6	6.162	5.343
Diversos	5	10.311	6.794	Patrimônio Líquido		19.771	18.745
Permanente		100	93	Capital realizado		12.388	12.388
Imobilizado de uso		21	25	De domiciliados no país	7	12.388	12.388
Outras imobilizações de uso		135	135	Reserva de capital		1	1
(-) Depreciações acumuladas		(114)	(110)	Reserva de lucros		387	336
Intangível		79	68	Lucros acumulados		6.995	6.020
Ativos intangíveis		519	496				
(-) Amortizações acumuladas		(440)	(428)				
Total do Ativo		47.320	45.187	Total do Passivo		47.320	45.187

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por cota)

	Nota Explicativa	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012
Receitas da Intermediação Financeira		971	969
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		971	969
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		971	969
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		489	3.404
Receitas de prestação de serviços	8	9.282	11.707
Despesas com pessoal	9	(537)	(581)
Outras despesas administrativas	10	(4.629)	(7.396)
Despesas tributárias	11	(973)	(1.208)
Outras receitas operacionais	12	252	1.174
Outras despesas operacionais	13	(2.906)	(292)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		1.460	4.373
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	(434)	(1.363)
Provisão para imposto de renda		(518)	(704)
Provisão para contribuição social		(191)	(258)
Ativo fiscal diferido		275	(401)
Lucro Líquido		1.026	3.010
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos		—	(347)
Lucro Líquido por Cota - Em R\$		0,07	0,21

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido	1.026	3.010
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	16	(7)
Reversão/constituição de provisão para contingências	1.045	(1.054)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(275)	401
Lucro líquido ajustado	1.812	2.350
Variação de ativos e passivos:		
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	192	(6.427)
Aumento em outros créditos	(2.005)	(5.242)
Aumento outros valores e bens	(25)	—
Aumento em outras obrigações	62	9.667
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	36	348
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações no intangível	(23)	—
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(23)	—
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Juros sobre capital próprio propostos	—	(347)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	—	(347)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	13	1
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	5	4
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Semestre	18	5

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012
Disponibilidades no Início do Semestre	83.007	111.405
Depósitos bancários	14	203
Aplicações financeiras	31.338	51.705
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	51.655	59.497
(+) Recursos Coletados	22.922	29.497
Contribuições para aquisição de bens	14.336	17.697
Taxa de administração	4.894	6.409
Contribuições ao fundo de reserva	441	515
Rendimento de aplicações financeiras	2.332	2.901
Multas e juros moratórios	110	140
Prêmios de seguro	431	508
Custas judiciais	1	4
Outros	377	1.323
(-) Recursos Utilizados	37.330	57.895
Aquisição de bens	13.268	21.359
Taxa de administração	4.813	7.251
Multas e juros moratórios	56	77
Prêmios de seguro	437	540
Custas judiciais	3	8
Devolução a consorciados desligados	8.425	14.228
Outros	10.328	14.432
Disponibilidades no Fim do Semestre	68.599	83.007
Depósitos bancários	111	14
Aplicações financeiras	19.182	31.338
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	49.306	51.655

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 30 de Junho de 2012	12.388	1	185	3.508	16.082
Lucro líquido	—	—	—	3.010	3.010
Destinações:					
Reserva legal	—	—	151	(151)	—
Juros sobre capital próprio propostos	—	—	—	(347)	(347)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	12.388	1	336	6.020	18.745
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	12.388	1	336	6.020	18.745
Lucro líquido	—	—	—	1.026	1.026
Destinações:					
Reserva legal	—	—	51	(51)	—
Saldos em 30 de Junho de 2013	12.388	1	387	6.995	19.771

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
Ativo Circulante		127.072	140.621	Passivo Circulante	127.072	140.621
Disponibilidades		111	14	Obrigações com consorciados	17.238	17.238
Depósitos bancários		111	14	Valores a repassar	8.877	9.864
Aplicações financeiras	18	68.488	82.993	Obrigações por contemplações a entregar	48.325	50.769
Outros créditos		58.473	57.614	Recursos a devolver a consorciados	43.008	49.088
Bens retomados ou devolvidos		56	159	Recursos dos grupos	9.624	13.548
Direitos junto a consorciados contemplados		58.417	57.455	Compensação	490.204	639.905
Normais		57.337	55.706	Recursos mensais a receber de consorciados	1.995	2.391
Em atraso		959	1.436	Obrigações do grupo por contribuições	268.580	344.166
Em cobrança judicial		121	313	Bens a contemplar	219.629	293.348
Compensação		490.204	639.905			
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		1.995	2.391			
Contribuições devidas ao grupo		268.580	344.166			
Valor dos bens a contemplar		219.629	293.348			
Total do Ativo e Compensação		617.276	780.526	Total do Passivo e Compensação	617.276	780.526

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

★ **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Administradora") é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Grupo Pan. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Em 27/05/2011, o Banco BTG Pactual S.A. concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco Panamericano S.A. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30/03/2011, aprovando definitivamente a transferência das ações em 13/06/2011.

Com a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco Panamericano, conforme acordo de acionistas da Instituição celebrado em 31/01/2011.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil "BACEN", com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional "CMN" e da Comissão de Valores Mobiliários "CVM", quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a Administradora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
8. CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30/06/2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração do controlador e Diretoria em 05/08/2013.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Caixa e equivalentes de caixa:

São representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) A apuração do resultado:

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio.

As despesas de comissão sobre as vendas de cotas de consórcio são registradas quando da comercialização dessas cotas.

c) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias, conforme disposto:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do exercício, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

d) Provisão para perdas:

A provisão para perdas sobre empréstimos a grupos de consórcio está constituída 100% sobre o total dos empréstimos efetuados aos grupos de computadores.

e) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

f) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e está representado basicamente por ágio pago por rentabilidade futura de investimento, gastos com desenvolvimentos logiciais e benfeitorias em imóveis de terceiros. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

g) Imposto de renda e contribuição social:

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Os créditos tributários são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.

h) Obrigações:

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual a do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta "Obrigações com grupos de consórcio".

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e de administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em exercícios anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

k) Lucro por cota:

O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações financeiras.

l) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativamente; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

m) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. Se dividem em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve eventos subsequentes para as demonstrações financeiras encerradas em 30/06/2013.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2013		31/12/2012		
	De 1 a 3 anos	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Papel/lastro da operação					
Títulos disponíveis para venda					
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	27.888	27.888	27.888	28.080	28.080
Total	<u>27.888</u>	<u>27.888</u>	<u>27.888</u>	<u>28.080</u>	<u>28.080</u>

(a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI.

(b) O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

5. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2013	31/12/2012
Créditos específicos		
Valores pendentes de recebimento em cobrança judicial	3.330	3.497
Bens retomados após encerramento	321	281
Total (*)	<u>3.651</u>	<u>3.778</u>

(*) Nota 6

Diversos

	30/06/2013	31/12/2012
Taxa de administração a receber	112	96
Cotas de grupos de consórcio (a)	116	204
Empréstimos a grupos de consórcio (b)	485	751
Provisão para perdas sobre empréstimos a grupos de consórcio	(485)	(614)
Impostos a compensar	3.110	4.223
Créditos tributários (nota 14)	2.659	2.383
Depósitos e bilhetes judiciais	9.320	5.880
Outros créditos	321	308
Total	<u>15.638</u>	<u>13.231</u>

(a) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos.

(b) Referem-se à empréstimos efetuados aos grupos de consórcio para encerramento destes no período de 12/2004 a 06/2012. Esses valores serão devolvidos à Administradora a medida que forem recebidos os valores pendentes de cobrança.

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2013	31/12/2012
Fiscais e previdenciárias		
Parcelamento Refis - Lei nº 11.941/2009	802	865
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	11	14
Impostos e contribuições sobre salários	61	-
ISS - Impostos sobre serviços a recolher	20	29
Cofins a recolher	76	112
PIS a recolher	16	24
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	709	2.329
Total	<u>1.695</u>	<u>3.373</u>

Obrigações com grupos de consórcio

	30/06/2013	31/12/2012
Recursos não procurados - grupos (nota 3.h)	14.882	12.342
Recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial (nota 5)	3.651	3.778
Total	<u>18.533</u>	<u>16.120</u>

Diversas

	30/06/2013	31/12/2012
Provisão para pagamentos a efetuar	752	1.113
Provisão para passivos contingentes (a)	6.162	5.343
Valores a pagar	29	-
Credores diversos	31	146
Total	<u>6.974</u>	<u>6.602</u>

a) Provisões classificadas como perdas prováveis:

A Administradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando a obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras - em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I - Provisões segregadas por natureza:

	2013	2012
Processos cíveis	2.385	1.743
Processos tributários	201	201
Processos trabalhistas	3.576	3.399
Total	<u>6.162</u>	<u>5.343</u>

II - Movimentação das provisões:

	2013			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
Saldo no início do semestre	3.399	1.743	201	5.343
Baixas	(12)	(214)	-	(226)
Constituições líquidas de reversões	189	856	-	1.045
Saldo no fim do semestre	<u>3.576</u>	<u>2.385</u>	<u>201</u>	<u>6.162</u>

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 14.077.212 cotas, no valor nominal de R\$0,88 cada uma.

b) Reserva de lucros

Nos termos do estatuto social, a Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Administradora.

8. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012
Taxa de administração (a)	7.670	10.413
Taxa de permanência	1.563	1.130
Taxas de serviços	49	164
Total	<u>9.282</u>	<u>11.707</u>

O 1º semestre de 2013 contempla o valor de R\$2.689 de taxa contratual pactuada sobre desistentes devido ao encerramento operacional de dois grupos (2012 - R\$3.125).

9. DESPESAS COM PESSOAL

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012
Proventos	324	383
Encargos Sociais	112	109
Benefícios	101	90
Total	<u>537</u>	<u>581</u>

10. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012
Comissões de venda de consórcio	1.900	3.756
Serviço de cobrança externa	1.932	2.647
Serviços técnicos especializados	238	255
Call Center	311	289
Aluguel	144	-
Serviços de terceiros	4	46
Custas processuais	14	-
Honorários sobre recebimento de cobrança	-	175
Taxas e emolumentos judiciais	-	1
Outras	86	227
Total	<u>4.629</u>	<u>7.396</u>

11. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012
Contribuição à Cofins	646	800
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	186	234
Contribuição ao PIS	140	107
Impostos e taxas	1	1
Total	<u>973</u>	<u>1.208</u>

12. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012
Reversão de provisões (nota 6.a)	-	1.055
Reversão de provisão para perdas de grupos	129	-
Recuperação de despesas	94	23
Outras	29	96
Total	<u>252</u>	<u>1.174</u>

13. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012
Perdas judiciais	1.256	-
Provisão para contingências (nota 6.a)	1.045	-
Atualização dos recursos dos grupos encerrados	581	272
Outras	24	20
Total	<u>2.906</u>	<u>292</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2013	31/12/2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.460	4.373
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/Créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(496)	(1.487)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre capital próprio provisionados	-	118
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	56	-
Outros valores	6	6
Despesa de imposto de renda e contribuição social do semestre	<u>(434)</u>	<u>(1.363)</u>

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 30/
--	---------------------	--------------	------------	--------------